

A DEMOCRACIA NA FORMAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA

Aparecida Rostand¹

Diogo Ferreira²

Helyna Dewes³

Rubya Mara Munhóz de Andrade⁴

Daniela Oliveira Lopes⁵

Resumo:

O presente trabalho foi escrito para o seminário que ocorreu promovido pelo projeto de extensão "Tempos e Diálogos: entre o vivido e o por viver - Com Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro". O projeto teve seu início durante o mês de abril de 2017. Falou um dia Anísio Teixeira que "só existirá democracia no Brasil no dia em que se montar no país a máquina que prepara as democracias. Essa máquina é a da escola pública". Logo então, passamos a questionar qual é a democracia que existe no país e como ela virá a influenciar a escola pública através das políticas que a formam. Desse questionamento surgiu meta de fazer uma pesquisa bibliografica tanto nas obras de Anísio Teixeira como nas de Darcy Ribeiro, tal como investigar as leis federais no que tangem a educação pública. Objetivamos com isso fazer uma análise de como funciona o sistema educacional brasileiro e também as implicações das nefastas medidas adotadas pelo atual governo que chegou ao executivo, através de uma manobra que burlou a vontade de milhões de eleitores brasileiros, alcançando o poder de uma maneira indireta as eleições que ocorreram no ano de 2014. Essas medidas estudadas são as que tem impacto direto na educação, no caso a medida provisória que propôs a reforma do ensino médio nas escolas públicas, o projeto de emenda a constituição que prevê o congelamento dos recursos para áreas como educação e saúde pública (que são de extrema importância para o desenvolvimento do aluno) durante duas décadas, e os conflitos que trazem em outras leis que foram lutas históricas até sua aprovação, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o Plano Nacional de Educação, e as Diretrizes Curriculares Nacionais, onde vale lembrar que o PNE é um detrimento do que foi o processo democrático que levou a elaboração do Plano de Desenvolvimento da Educação, engavetado pela primeira vez em 1998 durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Palavras-chave: educação; ensino; leis; ldb; escola integral

Modalidade de Participação: Iniciação Científica

A DEMOCRACIA NA FORMAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA

¹ Aluno de graduação. aparecidarostand31@gmail.com. Autor principal

² Aluno de graduação. diogotrincafilmes@gmail.com. Co-autor

³ Técnico Administrativo em Educação. helynadewes@unipampa.edu.br. Orientador

⁴ Técnico Administrativo em Educação. rubyaunipampa@gmail.com. Co-orientador

⁵ Técnico Administrativo em Educação. danielalopesunipampa@gmail.com. Co-orientador



A DEMOCRACIA NA FORMAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi escrito para o seminário que ocorreu promovido pelo projeto de extensão "Tempos e Diálogos: entre o vivido e o por viver - Com Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro". O projeto teve seu início durante o mês de abril de 2017. Logo após, foram promovidos encontros, que contaram com a presença de professores e discentes do curso de pedagogia de Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS, campus Bagé, e com professores da rede pública de ensino municipal. Os dois autores desta produção acadêmica são discentes da Universidade Federal do Pampa, campus Bagé, um do curso de Licenciatura em Letras - Línguas Adicionais Inglês e Espanhol e suas respectivas literaturas e o outro de Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa e suas respectivas literaturas, e receberam o convite a também fazer parte deste grupo. Não estando, contudo, atuantes em nenhuma escola para produzir um trabalho de campo, resolveram trabalhar em uma pesquisa teórica e bibliográfica para colaborar com os materiais que foram elaborados para o seminário que se realizou em agosto de 2017 no campus Bagé da Universidade Federal do Pampa, durante o primeiro dia, que contou com as palestras do professor Alessandro Bica e da professora Cleoni Fernandes, e durante o segundo dia, na Biblioteca Pública Municipal Otávio Santos, culminou na apresentação seguida de debate dos trabalhos.

Os educadores brasileiros Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro contribuíram intensamente para desenvolver nas pessoas a compreensão da necessidade da luta por uma nova realidade educacional e política para o desenvolvimento do país. Um projeto de mundo possível, alicerçado em valores baseados na justiça social e cognitiva e na crença que somente a partir da educação, homens e mulheres tornar-se-ão capazes de enfrentar realidades desiguais, e de forma cidadã lutarem posicionando-se por um mundo menos injusto e excludente.

Durante uma pesquisa para seu doutorado, a pedagoga Rubia Mara Munhóz de Andrade percebeu que não havia existido até então muitos trabalhos no eixo de história da educação no que tange aos seus teóricos, como Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, que podemos considerar como mestre e discípulo, respectivamente, e onde a atuação dos dois compreende quase um século no desenvolvimento da educação brasileira, tendo Anísio começado seu trabalho com a educação na década de 20 e Darcy terminando sua contribuição somente ao seu falecimento, no ano de 1997. Os dois também eram pouco estudados nos cursos que promoviam a formação docente.

Objetivamos com esse trabalho, partindo das perspectivas de educação de Anísio e Darcy, fazer uma análise de como funciona o sistema educacional brasileiro e também as implicações das nefastas medidas adotadas pelo atual governo que chegou ao executivo, através de uma manobra que burlou a vontade de milhões de eleitores brasileiros, alcançando o poder de uma maneira indireta as eleições que ocorreram no ano de 2014.

2. METODOLOGIA

Enquanto da realização dos encontros, durante o período de maio a julho de 2017, foram debatidas as bibliografias e trabalhos desenvolvidos por Anísio Teixeira

e Darcy Ribeiro, e onde se geraram grupos determinados a desenvolver e aplicar suas ideias nos lugares onde atuavam como agentes da educação, o que culminou nas produções apresentadas durante o seminário. Estes autores, como já citado anteriormente, foram em busca de coleta de dados em produções bibliográficas e em leis federais, onde endossaram seu trabalho científico, além de alguns materiais como jornais. Destes todos, fizeram a análise das informações para chegar ao material final que foi apresentado por eles.

Serviram de instrumento de investigação e análise desta pesquisa a Lei de Diretrizes de Bases da Educação, as Diretrizes Curriculares Nacionais, o Plano Nacional de Educação, a Medida Provisória 746, o PEC 241, que posteriormente mudou para PEC 55 ao passar a tramitar no Senado Federal. Ainda também os materiais apresentados durante os encontros, e outro que foi estudado trata-se de um apresentado durante a 3ª Mostra da Educação: Ensino por Práticas Investigativas, que foi um dos primeiros trabalhos produzidos a abordar teoricamente sobre a nova reforma do ensino médio. E como forte base, o livro *A Educação é um Direito*, de Anísio Teixeira.

Por tratar da educação pública brasileira, pode se considerar que de maneira indireta estão envolvidos neste processo todos cidadãos incluídos na mesma, desde os agentes políticos, burocráticos, professores, alunos.

3. RESULTADOS e DISCUSSÃO

Falou um dia Anísio Teixeira que “só existirá democracia no Brasil no dia em que se montar no país a máquina que prepara as democracias. Essa máquina é a da escola pública”. Logo então, passamos a questionar qual é a democracia que existe no país e como ela virá a influenciar a escola pública através das políticas que a formam.

O primeiro questionamento viria logo do processo eleitoral. Ele é democrático? O “Manifesto Sufragista” que circulou na cidade de Bagé nas eleições de 2016, ligado ao PCB, questionou sobre esse processo, onde quem tem mais apoio tem um material de melhor qualidade. Quem patrocina as milionárias campanhas é a aristocracia que Teixeira elenca no primeiro capítulo do livro “Educação é um direito”. Logo, é eles quem negociam com os governos sobre as medidas a serem adotadas nas mais diversas áreas.

Regem eles, por exemplo, movimentos como o Todos Pela Educação, que nada mais é que medidas ditadas pelos grandes conglomerados que o formam, como a Gerdau, Itaú, etc. Essas medidas visam tornar o estudante, segundo Ferreira (2017), em “mão de obra para o mercado de trabalho, deixando de lado a formação do estudante como ator social”.

As atuais medidas da PEC 241/55 e da MP 746 da reforma do ensino médio nos mostram isso. A primeira propõe um congelamento de investimentos na área da educação, e a segunda uma formação de mão de obra tecnológica para o mercado de trabalho e tira a liberdade quanto a criação do PPP pela escola. Essas medidas vem de um governo que deu um golpe brando na democracia, impedindo o mandato da presidente eleita, por um crime que não existiu. Vão elas contra o que diz no PNE e na LDB.

Temos de levar em conta que na LDB consta o dever do Estado com a escola obrigatória e gratuita a todos os cidadãos, promovendo o desenvolvimento pleno do educando e seu preparo para o desenvolvimento da cidadania.

Entendemos aqui como significado que cidadania, segundo o Dicionário Aurélio de Português, são os direitos e deveres civis de um indivíduo, tendo o direito

de participação na vida política indo de encontro com a ideia de democracia, segundo a mesma, regime que não existe desigualdades ou privilégios de classes.

Mas congelando os gastos por 20 anos causando um corte de investimentos significativos na educação, será inevitável o declínio na qualidade no ensino público, favorecendo a demanda pela escola privada, onde haverá cada vez mais investimentos para seu aumento de qualidade, a procura desta se fará só por aqueles que tem condições financeiras, aumentando ainda mais a desigualdade.

Então, implica em tirar do aluno a possibilidade de desenvolver na escola um pensamento crítico, ficando alienado em relação a política como ato social. Desta maneira, vai-se contrário ao que defende Darcy Ribeiro, e que pautou as diretrizes da LDB, que tem sua colaboração direta, pois era à época senador da república, empenhando-se como agente teórico e político, defendendo a escola de tempo integral e presente nesta lei. A escola integral de Darcy - os CIEPs (Centro Integrado de Educação Pública) - é um meio de diminuir a desigualdade social, tirando crianças e adolescentes das ruas oferecendo além do currículo regular, atividades culturais, estudos dirigidos e educação física, além de alimentação e atendimento médico.

Refletimos então sobre a aprovada MP 746, que prevê a escola de tempo integral com um aumento gradual de 800h para 1200h, logo uma medida questionável, pois com o corte dos investimentos nesta área, que qualidade terá?

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essas medidas estudadas são as que tem impacto direto na educação, no caso a medida provisória que propôs a reforma do ensino médio nas escolas públicas, o projeto de emenda a constituição que prevê o congelamento dos recuos para áreas como educação e saúde pública (que são de extrema importância para o desenvolvimento do aluno) durante duas décadas, e os conflitos que trazem em outras leis que foram lutas históricas até sua aprovação, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o Plano Nacional de Educação, e as Diretrizes Curriculares Nacionais, onde vale lembrar que o PNE é um detrimento do que foi o processo democrático que levou a elaboração do Plano de Desenvolvimento da Educação, engavetado pela primeira vez em 1998 durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Não seria possível aplicar tais medida sem o fechamento de outras escolas públicas para seus orçamentos irem para uma única. Essas medidas são um engodo, e precisam ser revistas urgentemente. Precisamos novamente ir em busca dos ideais de escola pública de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro. E uma das maneiras de acender da chama destes, a faísca de disparo, deve ser trazendo a tona estes ideais e levando seus trabalhos para serem estudados pelos novos agentes educadores que estão em formação, utilizando-se da certa liberdade de trabalhar conteúdos que a univversidade ainda tem - não se sabe até quando.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 95. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.html>. Acesso em 02 de maio de 2017

BRASIL. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em 18 de abril de 2017.

BRASIL. LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.html>. Acesso em 05 de maio de 2017.

BRASIL. LEI Nº 13.415, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.html>. Acesso em 02 de maio de 2017.

Ferreira, D. O processo pedagógico na fictícia Pala e o sistema de educação brasileiro na escola pública. In: Anais da 3ª. Mostra da Educação: Ensino por Práticas Investigativas; julho 2017; Bagé. Bagé: Universidade Federal do Pampa; 2017.

TEIXEIRA, Anísio. A educação é um direito. Coleção Anísio Teixeira. 4ª Edição, Editora UFRJ, 2009.